

**ALLIANZA INFRAESTRUTURAS DO BRASIL S.A.**

**CNPJ/MF nº 21.214.251/0001-49**

## **ERRATA**

No balanço publicado neste veículo no dia 11/08/2016 nas páginas E3, E4 e E5 saíram as seguintes incorreções: No total do Passivo e Patrimônio Líquido - Consolidado 2015, onde se lê: 469.433, leia-se corretamente: 469.597. No contexto operacional aonde menciona que “As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 15 de Julho de 2016” deve ser substituído por “As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 08 de Agosto de 2016”.



**Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	443	2	500	2
Contas a receber de clientes	6	10.050	-	15.114	-
Estoques	7	-	-	9.864	-
Recebeíveis Contratos Plano					
Recuperação Judicial	8.1	190.107	-	190.107	-
Despesas antecipadas		35	-	35	-
Outros ativos circulantes		765	-	766	-
		<b>201.400</b>	<b>2</b>	<b>216.386</b>	<b>2</b>
<b>Não Circulante</b>					
Contas a receber de clientes	6.2	-	-	256	-
Recebeíveis Contratos Plano					
Recuperação Judicial	8.2	52.291	-	52.291	-
Partes relacionadas	9.1	1.979	-	1.979	-
Cauções e garantias		257	-	257	-
IR e CSLL diferidos	27 (a)	1.425	-	1.425	-
Ativos disponíveis para venda	10	105.864	-	105.864	-
		<b>161.816</b>	<b>-</b>	<b>162.072</b>	<b>-</b>
Investimentos	11	20.445	-	-	-
Imobilizado	12	50.456	-	50.456	-
Intangível	13	40.683	-	40.683	-
		<b>273.400</b>	<b>-</b>	<b>253.211</b>	<b>-</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>474.800</b>	<b>2</b>	<b>469.597</b>	<b>2</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)**

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2014</b>		-	-	-	-	-
Aumento de capital		2	-	-	-	2
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>2</b>	-	-	-	<b>2</b>
Aumento de capital		376.112	-	-	-	376.112
Lucro líquido do exercício		-	-	-	36.154	36.154
<b>Destinação do lucro do exercício:</b>						
Constituição da reserva legal	17 b	-	1.808	-	(1.808)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 c	-	-	-	(8.587)	(8.587)
Dividendos adicionais		-	-	25.759	(25.759)	-
<b>Saldos em 16 de março 2015</b>		<b>376.114</b>	<b>1.808</b>	<b>25.759</b>	<b>-</b>	<b>403.681</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	14	8.638	-	8.666	-
Empréstimos e financiamentos	15	37.688	-	37.688	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	16	15.488	-	15.555	-
Partes relacionadas	9.2	5.462	-	-	-
Dividendos a pagar	17 (c)	3.540	-	3.540	-
Outras contas a pagar		303	-	303	-
		<b>71.119</b>	<b>-</b>	<b>65.752</b>	<b>-</b>
<b>Não Circulante</b>					
Provisão para contingências	23	-	-	164	-
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>164</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	17	376.114	2	376.114	2
Reserva de lucros	17 (b) e (c)	27.567	-	27.567	-
		<b>403.681</b>	<b>2</b>	<b>403.681</b>	<b>2</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>474.800</b>	<b>2</b>	<b>469.433</b>	<b>2</b>

**Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)**

Receita líquida de serviços e vendas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
18		46.586	-	48.351	-
Custo dos serviços prestados e imóveis vendidos	19	(20.074)	-	(22.330)	-
Lucro bruto		<b>26.512</b>	<b>-</b>	<b>26.021</b>	<b>-</b>
<b>(Despesas) Receitas Operacionais</b>					
Gerais e administrativas	20	(22.471)	-	(24.605)	-
Resultado com equivalência patrimonial	11 (b)	(3.717)	-	-	-
Resultado sobre a alienação de imobilizado		81	-	81	-
Outras receitas operacionais	21	12.518	-	11.416	-
Resultado antes do efeito financeiro		12.923	-	12.913	-
Receitas financeiras	22	24.257	-	24.292	-
Despesas financeiras	22	(2.451)	-	(2.476)	-
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	22	<b>21.806</b>	<b>-</b>	<b>21.816</b>	<b>-</b>
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>34.729</b>	<b>-</b>	<b>34.729</b>	<b>-</b>
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	27 (a)	1.425	-	1.425	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>36.154</b>	<b>-</b>	<b>36.154</b>	<b>-</b>
<b>Resultado por ação:</b>					
Resultado por ação - básico (Em R\$)		0,10	-	0,10	-
Resultado por ação - diluído (Em R\$)		0,10	-	0,10	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)**

Fluxo de caixa da atividade operacional	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro líquido do exercício	36.154	-	36.154	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	4.924	-	4.924	-
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	4.192	-	4.192	-
Resultado de equivalência patrimonial	3.717	-	-	-
Perda na alienação de imobilizado e investimento	(81)	-	(81)	-
Provisão de passivos tributários, cíveis e trabalhistas	1.725	-	1.889	-
Juros sobre contas a receber	(24.256)	-	(24.256)	-
Despesas com desvalorizações em estoques	-	-	1.451	-
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	1.099	-	1.099	-
Pagamentos de garantias e cauções	(257)	-	(257)	-
Distribuições de dividendos no exercício	(8.587)	-	(8.587)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.425)	-	(1.425)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	365	-
Outras	(12.519)	-	(11.417)	-
	<b>4.686</b>	<b>-</b>	<b>4.051</b>	<b>-</b>
<b>Variação de ativos e passivos:</b>				
Variação no contas a receber de clientes	(232.384)	-	(237.704)	-
Variação nos estoques	-	-	(11.315)	-
Variação nos demais ativos circulantes	(800)	-	(801)	-
Variação em fornecedores	10.934	-	10.962	-
Variação em dividendos a pagar	3.540	-	3.540	-
Variação em obrigações trabalhistas e tributárias	22.884	-	22.586	-
Variação em outras contas a pagar	303	-	303	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(190.837)</b>	<b>-</b>	<b>(208.378)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Baixas de ativo imobilizado	(55.871)	-	(55.871)	-
Aumento Ativos disponíveis para venda	(105.864)	-	(105.864)	-
Aquisição de intangível	(40.683)	-	(40.683)	-
Recebimento pela venda de imobilizado, investimento e intangíveis	572	-	572	-
Investimentos em empresas controladas	(23.060)	-	-	-
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(224.906)</b>	<b>-</b>	<b>(201.846)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Integralização de capital	376.112	2	376.112	2
Captação de empréstimos e financiamentos	36.589	-	36.589	-
Financiamento com empresas ligadas, líquido	3.483	-	(1.979)	-
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>416.184</b>	<b>2</b>	<b>410.722</b>	<b>2</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>441</b>	<b>2</b>	<b>498</b>	<b>2</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	-	2	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	443	2	500	2
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>441</b>	<b>2</b>	<b>498</b>	<b>2</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto Operacional.** A Allianza Infraestruturas do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Allianza") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praia de Botafogo, nº501, andar térreo, Lojas F, G, e H, Parte, do Edifício Centro Empresarial Mourisco, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. Sua controladora e holding é a Empresa Allianza Participações S.A. Seu acionista controlador final é a Empresa Essentium Inversões S.L. com sede em Madrid, Espanha. A Allianza e suas controladas têm como principais atividades a execução de obras e serviços de engenharia em geral, por conta própria ou de terceiros; exploração da indústria da construção civil e construção pesada; exploração de usinas de produção de solos, asfalto e concreto; execução de serviços de limpeza pública; aproveitamento e tratamento de resíduos sólidos; exploração dos serviços de fornecimento, locação de veículos e equipamentos em geral, manutenção e gestão de frota e transporte de pessoas e cargas; participação em consórcios com empresas congêneres; exploração de obras e serviços públicos mediante concessões e Parcerias Público-Privadas - PPP's; incorporação de empreendimentos imobiliários; compra e venda de imóveis próprios. A Companhia foi constituída em 13 de outubro de 2014 com o objetivo de atender ao segundo aditivo do plano de recuperação judicial do grupo empresarial composto pela Delta Construções S.A., Delta Incorporações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., DTP Participações e Investimentos S.A., Locarbens Locadora de Bens, Veículos e Equipamentos de Construção Ltda. e Delta Engenharia e Montagem Industrial Ltda. O segundo aditivo do plano de recuperação judicial foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores realizada em 12 de dezembro de 2014 no Rio de Janeiro, e teve seu despacho de homologação pela Juíza da 5ª. Vara da Fazenda Pública Empresarial em 05 de março de 2015 publicado no diário de justiça do Estado do Rio de Janeiro em 13 de março de 2015. A Companhia foi criada para servir de unidade de produção isolada (UPI) e alienada à Allianza Participações S.A. Seus saldos contábeis iniciais são provenientes dos acervos de ativos e passivos das Companhias Delta Construções S.A. e Técnica Construções S.A.; e das Empresas Delta Incorporações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Locarbens Locadora de Bens, Veículos e Equipamentos de Construção Ltda.; e foram determinados por laudos de avaliações emitidos pela empresa Gibbon Consultoria Financeira e Futuros Ltda. com data base em 31 de dezembro de 2014. Estes saldos são sumarizados no quadro a seguir de acordo com sua natureza e Companhia de origem:

	Resumo dos Ativos e (Passivos) Incorporados pela Allianza Infraestrutura do Brasil S.A. Em Milhares de Reais				Total
	Delta Cons-truções	Delta Incorporações	Local-bens	Técnica Cons-truções	
Disponibilidades		664			664
Contas a receber de imóveis construídos	10.202				10.202
Contratos de execução, manutenção e garantia de obras públicas	209.127		8.073		217.200
Estoque de imóveis para venda	12.194				12.194
Veículos, máquinas e equipamentos de construção	139.331	19.672	2.337	161.340	40.683
Acervo técnico	(26.019)		40.683		14.664
Contas a pagar	(24.286)		(3.563)		(27.849)
Dívidas financeiras	(24.286)	(12.302)			(36.588)
<b>Total</b>	<b>298.153</b>	<b>23.060</b>	<b>7.370</b>	<b>47.530</b>	<b>376.113</b>

Destaca-se dentro do acervo total recebido a rubrica "contratos de execução, manutenção e garantia de obras públicas" que consiste em 2 grupos: a) Contratos de execução de obras públicas ativos com saldos de contas a receber por emissão de notas fiscais ou pleitos e que estão sendo gerenciados e performados pelo corpo técnico da companhia cujos resultados líquidos de cada contrato vem sendo apropriados pela companhia; b) Contratos de execução de obras entregues e performadas que possuem saldos de contas a receber por emissão de notas fiscais ou pleitos que estão sendo negociados juntos aos órgãos contratantes. A transferência destes contratos para a titularidade da Companhia foi homologada judicialmente pelo 2º aditivo do plano de recuperação judicial do Grupo Delta. **2. Base de preparação das demonstrações contábeis.** **2.1. Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e às normas do CPC.** As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. As demonstrações contábeis individuais, foram elaborados de acordo com as práticas adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na sua preparação foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 15 de julho de 2016. **2.1. Base de mensuração.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos pela norma. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para casa decimal mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de consolidação**

**Empresas Investidas**

Empresas Investidas	% Participação
N. Torreão Empreendimento Imobiliário Spe Ltda.	100,00%
Professor Castilho 91 Empreendimento Imobiliário Spe Ltda	100,00%
Doutor Bueno 648 Empreendimento Imobiliário Spe Ltda.	100,00%

**(i) Controlada.** As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as demonstrações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(ii) Transações eliminadas na consolidação.** Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas dessas transações, são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(iii) Participação de acionistas não-controladores.** Mudanças na participação do Grupo em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas. Ajustes à participação de não-controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da controlada. **3. Políticas contábeis.** **3.1 Caixa e equivalentes de caixa.** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.2 Instrumentos financeiros. i. Categorias.** A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos

**Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro líquido do exercício	36.154	-	36.154	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>36.154</b>	<b>-</b>	<b>36.154</b>	<b>-</b>
<b>Total do resultado abrangente atribuído a:</b>				
Acionistas da Companhia	36.154	-	36.154	-
Não controladores	-	-	-	-
	<b>36.154</b>	<b>-</b>	<b>36.154</b>	<b>-</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento.** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Companhia não possui investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 de 2014. **Empréstimos e recebíveis.** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determinados, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2015 compreendem contas a receber de clientes (Nota explicativa nº 6). Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. **Outros passivos financeiros.** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2015, no caso da Companhia, compreendem empréstimos e financiamentos (Nota explicativa nº 15). **ii. Mensuração.** As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrerem. Para os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para venda", quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício. **iii. Compensação de instrumentos financeiros.** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **iv. Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros.** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem, e/ou, quando transferir os seus



passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **3.14 Capital social.** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.15 Reconhecimento de receita.** a) **Receita de serviços e vendas.** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços ou comercialização de imóveis no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade. b) **Receita de recuperação judicial.** A receita compreende resultados líquidos de projetos transferidos judicialmente através do 2º aditivo do plano de recuperação judicial do Grupo Delta, que determina que toda administração e gestão dos projetos é de responsabilidade da Companhia, mesmo estando esta ainda com a titularidade contratual das empresas do grupo Delta. c) **Receita de juros.** As receitas e despesas financeiras abrangem basicamente juros e atualização monetária, eventuais multas em atrasos de recebimento, encargos relacionados à contratação dos empréstimos e rendimentos sobre aplicações financeiras. **3.16 Dividendos e juros sobre o capital próprio.** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Outras obrigações", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na Rubrica "Dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na Nota Explicativa nº 17.c). **3.17 Estimativas e premissas contábeis críticas.** A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir: *i. Imposto de Renda, contribuição social e outros impostos.* A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o Lucro histórico gerado e o Lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. *ii. Provisões para riscos processuais.* A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 23. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. *iii. Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa.* A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais do contas a receber. **4. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das IFRS ainda não adotados.** Novas normas e interpretações ainda não efetivas. Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros). A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes). A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41). Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluído no escopo do CPC 27 / IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29 / IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não possui nenhuma planta produtiva. IFRS 16 - Leases (Arrendamento mercantil). Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. IAS 12 - Income taxes - (alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro). O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 - Income taxes (CPC 32 - Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. • IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios); • Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11); • Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38); • Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28); • Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas; • Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28); • Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa	121	-	121	-
Banco conta movimento	317	2	371	2
Aplicações financeiras	5	-	8	-
	443	2	500	2

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento é entre 2% e 100% atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

**6. Contas a receber de clientes.** **6.1 Registrados no ativo circulante:**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber de clientes	10.050	-	10.050	-
Venda de imóveis	-	-	5.064	-
	10.050	-	15.114	-

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2015	2014	2015	2014
A vencer	8.814	-	13.066	-
Vencidos:				
Vencidos até 30 dias	-	-	812	-
Vencidos até 60 dias	1.236	-	1.236	-
Vencidos até 90 dias	-	-	-	-
Vencidos até 180 dias	-	-	-	-
Vencidos acima de 360 dias	-	-	-	-
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-
	10.050	-	15.114	-

**6.2 Registrados no ativo não circulante:**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Venda de imóveis	-	-	256	-
	-	-	256	-

**7. Estoques.** O estoque consolidado da Companhia compreende unidades imobiliárias da Sociedade de Propósito Específico Professor Castilho.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Unidades imobiliárias	-	-	9.864	-
	-	-	9.864	-

**8. Recebíveis contra plano de recuperação judicial.** De acordo com a cláusula 7.4. a itens i e ii do 2º aditivo do plano de recuperação judicial do Grupo Delta a companhia possui contratos de execução, manutenção e garantia

de obras públicas, registrados como recebíveis de contratos transferidos pelo plano de recuperação judicial e são subdivididos da seguinte forma: a) Contas a receber de notas fiscais emitidas e pleitos de contratos transferidos judicialmente, o qual a empresa tem mantido tratativas de cobrança continua junto aos órgãos contratantes, como também com bancos e outras instituições financeiras objetivando sua negociação. b) Contas a receber por apropriação de resultado líquido contratos de execução de obras públicas. A Companhia apropria resultados líquidos de projetos transferidos judicialmente através do 2º aditivo do plano de recuperação judicial do Grupo Delta, que determinou que toda administração e gestão dos projetos sejam de responsabilidade da Companhia, mesmo estando estes ainda com a titularidade contratual das empresas do grupo Delta. A fim de complementar os entendimentos sobre a apropriação dos créditos líquidos gerados pelos projetos com titularidade contratual de empresas do Grupo Delta a companhia fez uma consulta junto ao escritório Osório, Fernandes, Mariz e Assed Advogados e recebeu uma carta resposta em 18 de abril de 2016 dando opinião legal favorável no que tange a apropriação destes créditos. A conclusão da consulta feita ao escritório Osório, Fernandes, Mariz e Assed Advogados segue transcrita a seguir: "Os efetivos contribuintes dos tributos apurados sobre o lucro gerado no momento do ingresso das receitas serão as empresas do Grupo Delta. A UPI adquirida pela ALLIANZA, por sua vez, registrará apenas o valor líquido do crédito cedido". **8.1 Registrados no ativo circulante:**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber notas fiscais e pleitos	161.161	-	161.161	-
Contas a receber resultado líquido contratos	28.946	-	28.946	-
	190.107	-	190.107	-

**8.2 Registrados no ativo não circulante:** A companhia tem registrado no ativo não circulante parte do contas a receber transferido pelo 2º aditivo do plano de recuperação judicial do Grupo Delta devido à fase em que se encontra de cobrança judicial e também títulos convertidos a precatórios a receber do Município de Angra dos Reis por decisão judicial cujo prazo de recebimento é de até 15 anos.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber notas fiscais e pleitos	54.660	-	54.660	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.192)	-	(4.192)	-
Precatórios a receber	1.823	-	1.823	-
	52.291	-	52.291	-

**Ciclo operacional de recebimentos.** A Companhia entende que o ciclo operacional de recebimentos de serviços de empreitadas faturados pode levar até 5 (cinco) anos para efetivação de seu recebimento e para serviços de empreitadas não faturados até 6 (seis) anos.

**9. Partes Relacionadas: 9.1. Partes relacionadas ativas:**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Assignia Infraestruturas do Brasil	579	-	579	-
Essentium Inversões SL	1.400	-	1.400	-
	1.979	-	1.979	-

**9.2. Partes relacionadas passivas:**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
SPE - Professor Castilho	5.407	-	-	-
SPE - Noronha Torrezo	51	-	-	-
SPE - Doutor Bueno	4	-	-	-
	5.462	-	-	-

**10. Ativos mantidos para venda.** Após estudos realizados sobre a utilização e custo de manutenção das máquinas, equipamentos e veículos incorporados ao acervo da Companhia pela sua constituição, a Administração decidiu disponibilizar para venda tudo que não seria absorvido pela sua operação retirando assim os seguintes valores de seu ativo imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Máquinas e equipamentos	104.169	-	104.169	-
Veículos	1.695	-	1.695	-
	105.864	-	105.864	-

**11. Investimentos.** A Companhia possui participação integral em sociedades de propósito específico cujo objeto social é a incorporação de empreendimentos imobiliários, compra e venda de imóveis próprios.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
SPE - Professor Castilho	19.284	-	-	-
SPE - Noronha Torrezo	471	-	-	-
SPE - Doutor Bueno	690	-	-	-
	20.445	-	-	-

**a) Informações relevantes sobre os investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:**

	Participação percentual	Total ativos	Capital social	AFAC	Patrimônio líquido	Receita líquida
Em controladas:						
SPE - Professor Castilho	100	19.541	1	21.984	19.284	1.765
SPE - Noronha Torrezo	100	473	1.100	474	471	-
SPE - Doutor Bueno	100	690	1	692	690	-

**b) Movimentação dos investimentos mantidos pela Controladora**

	Saldo em 2014	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 2015
SPE - Professor Castilho	-	21.895	(2.611)	19.284
SPE - Noronha Torrezo	-	1.574	(1.103)	471
SPE - Doutor Bueno	-	693	(3)	690
	-	24.162	(3.717)	20.445

**12. Imobilizado (Controladora e consolidado)**

	Depreciação Acumulada		Líquido	
	Custo	2015	2014	2014
Veículos	2.653	(405)	2.248	-
Maquinas e equipamentos	52.314	(4.425)	47.889	-
Móveis e utensílios	3	-	3	-
Equipamentos de informática	3	-	3	-
Telefonia	382	(69)	313	-
	55.355	(4.899)	50.456	-

A média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

	Taxas ponderadas anuais de depreciação em 2015	
	Controladora	Consolidado
Veículos	10	10
Maquinas e equipamentos	17	17
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Telefonia	5	5

**Movimentação do ativo imobilizado:**

	Controladora/Consolidado	Acervo incorporado	Baixas	Depreciação	2015
Veículos	-	4.865	(2.101)	(405)	2.359
Maquinas e equipamentos	-	156.482	(104.279)	(4.425)	47.778
Móveis e utensílios	-	3	-	-	3
Equipamentos de informática	-	3	-	-	3
Telefonia	-	382	-	(69)	313
	-	161.735	(106.380)	(4.899)	50.456

**Redução ao valor recuperável de ativos (impairment).** A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado, com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos ou ainda quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do exercício. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, conforme previsto no CPC 1.

**13. Intangível**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Certificados de atestado técnico	40.683	-	40.683	-
	40.683	-	40.683	-

A companhia teve incorporado aos seus saldos iniciais certificados de atestados técnicos referentes a uma diversidade de modalidades de serviços de construção civil e infraestruturas indispensáveis para a operação e geração de riquezas. Estes certificados tem vida útil indefinida e por isso não sofrem amortização. **Movimentação do intangível**

	Aqui-2014	Acervo incorporado	Amortização	2015
Certificados de atestado técnico	-	40.683	-	40.683
	-	40.683	-	40.683

**14. Fornecedores e contas a pagar**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fornecedores de materiais	1.414	-	1.414	-
Fornecedores de serviços	3.614	-	3.614	-
Contas a pagar	3.610	-	3.638	-
	8.638	-	8.666	-

**15. Empréstimos e financiamentos (Controladora e consolidado).** Referem-se a financiamentos de máquinas e equipamentos na modalidade FINAME. Os encargos financeiros referentes aos contratos de financiamentos correspondem a juros que variam entre 4,50 e 8,70% a.a. + TJLP ou entre 2,00 e 3,00% a.a. + CDI.

	2015		2014	
Modalidade				
FINAME				
Banco do Brasil S.A	-	-	6.465	-
Banco Bradesco S.A	-	-	31.223	-
	-	-	37.688	-

Os valores referentes aos contratos com o Banco Bradesco S.A foram quitados em junho de 2016, através da devolução de máquinas e equipamentos.

**16. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Salários e encargos sociais	1.704	-	1.704	-
Provisão para férias e encargos sociais	1.092	-	1.092	-
ISS faturamento	43	-	43	-
Impostos retidos fonte de prestadores serviços	390	-	391	-
INSS faturamento	129	-	129	-
PIS e COFINS a recolher	1.949	-	1.977	-
IRPJ/CSLL	-	-	38	-
Outros impostos a recolher	10.181	-	10.181	-
	15.488	-	15.555	-

**17. Patrimônio líquido.** **17.1 Capital social.** Em 31 de dezembro de 2015, o capital da Companhia era de R\$ 376.114 representado por 376.114.268 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas. Conforme altera-

ção contratual datada de 16 de março de 2015, a Companhia aumentou o capital em R\$ 376.112.

	Quantidade ações		Valor (R\$ mil)	
Allianza Participações S.A	376.114.267	-	376.114	-
Juan Carlos Orge Alberte	-	1	-	-
	376.114.268	-	376.114	-

**17.2 Reservas de lucro. a) Reservas legal.** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. b) **Reservas de lucros a realizar.** Conforme artigo 197 da lei 6.404/76 no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da referida legislação, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Desta forma, à opção da Companhia, constituirá a reserva de lucros a realizar, mediante destinação dos lucros do exercício, cujo objetivo é evidenciar a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente, apesar de reconhecida contabilmente, pela empresa. c) **Dividendos obrigatórios.** Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do Lucro Líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

	Controladora		2015	
(=) Lucro líquido do exercício			36.154	-
(-) Constituição da reserva legal (5% do lucro líquido)			(1.808)	-
(=) Lucro base para distribuição do dividendo obrigatório			34.346	-
(=) Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (25%)			8.587	-
Dividendos propostos			8.587	-
Quantidade de ações			376.114.268	-
Dividendo por ação - R\$ / Remuneração total por ação, líquida - R\$				



como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); • **Nível 3:** Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis). Em 31 de dezembro de 2015, a mensuração da totalidade dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio (swap e forwards) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, como valor resultante descontado ao valor presente. **Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado. Aplicações financeiras.** Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. **Empréstimos e financiamentos.** Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada. Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na Nota Explicativa nº 15. **Contas a receber e fornecedores.** Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas. As Sociedades não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso. **26. Análise de sensibilidade.** A Companhia possui exposição com relação às variações dos índices pós-fixados que afetam tanto a receita financeira quanto a despesa financeira. A mediana da expectativa de mercado, com data-base em de 08 de julho de 2016, indicavam:

Índices	Taxa efetiva estimada para 2016
TJLP	7,50%
CDI	14,13%

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% em relação ao cenário provável, para cada cenário e foram calculadas as receitas financeiras ou despesas financeiras não se levando em consideração a incidência de tributos. Dessa forma, teríamos o seguinte demonstrativo de análise de sensibilidade:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
<b>Ativos</b>				
<b>Indexador</b>	CDI	14,13%	10,60%	7,07%
<b>Aplicações financeiras</b>				
R\$ 8 em 31/12/2015 (Nota nº 5)		1	1	1
<b>Passivos</b>				
<b>Indexador</b>	TJLP	7,50%	5,63%	3,75%
<b>Empréstimos</b>				
R\$ 38.941 em 31/12/2015 (Nota nº 15)		2.827	2.120	1.413

**27. Imposto de renda e contribuição social. a) Diferidos.** Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante. Os valores são demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2015	2015
Provisão para PCLD	(4.192)	(4.192)
	(4.192)	(4.192)
IRPJ e CSLL Diferidos - 34%	1.425	1.425

**b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social.** A Companhia não apresentou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, lucro tributável em suas operações.

Juan Carlos Orge Alberte - Diretor Presidente - CPF: 057.341.577-32  
Cristiano Siqueira Zubelli - Contador - CRC RJ 087966/O-4 - CPF: 051.514.797-41

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos acionistas e administradores da **Allianza Infraestruturas do Brasil S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Introdução.** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Allianza Infraestruturas do Brasil S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações Contábeis.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Base de opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Allianza Infraestruturas do Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase. Constituição da empresa a partir de uma unidade de Produção Isolada (UPI) dentro do Plano de recuperação Judicial.** Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 13 de outubro de 2014, tendo como objetivo atender ao segundo aditivo do Plano de recuperação judicial do Grupo Empresarial composto pela Delta Construções S.A., Delta Incorporações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., DTP Participações e Investimentos S.A., Locarbens Locadora de Bens, Veículos e Equipamentos de Construção Ltda. e Delta Engenharia e Montagem Industrial Ltda. A Companhia foi criada para servir de unidade de produção isolada (UPI) e alienada à Allianza Participações S.A. Seus saldos contábeis iniciais são provenientes dos acervos de ativos e passivos do Grupo Empresarial Delta e foram determinados por laudos de avaliações emitidos pela Empresa Gibbon Consultoria Financeira e Futuros Ltda. Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 8, a Companhia possui contratos de execução, manutenção e garantias de obras públicas no montante de R\$ 215.821 mil, registrados como recebíveis de contratos transferidos pelo plano de recuperação judicial e são subdivididos da seguinte forma: a) Contas a receber de notas fiscais emitidas e pleitos de contratos transferidos judicialmente, o qual a Companhia tem mantido tratativas de co-

brancha continua junto aos órgãos contratantes, como também com bancos e outras instituições financeiras objetivando sua negociação. b) Contas a receber por apropriação de resultado líquido de contratos de obras públicas ativas, que estão em execução pela companhia. Conforme mencionado em Notas Explicativas nº 8.1 e nº 18, a Companhia apropria resultados líquidos de projetos transferidos judicialmente através do 2º aditivo do plano de recuperação judicial do Grupo Delta, que determinou que toda administração e gestão dos projetos seja de responsabilidade da Companhia, mesmo estando estes ainda com a titularidade contratual das empresas do grupo Delta. **Direito a receber de Precatórios - Município de Angra dos Reis.** Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 8.2, em 31 de dezembro de 2015, estão registrados no ativo não circulante da **Allianza Infraestrutura do Brasil S.A.** direitos a receber de precatórios oriundos de serviços prestados no Município de Angra dos Reis no montante de R\$ 1.823 mil. Estes ativos foram constituídos nos termos e circunstâncias das ações judiciais, transitado e julgado com parecer favorável a Companhia, que prevê seu recebimento em até 15 anos. As bases e premissas de constituição e realização dos referidos créditos serão avaliados por ocasião do encerramento das demonstrações contábeis. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função desse assunto. **Outros assuntos. Auditoria do período anterior.** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas de forma comparativa, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 29 de maio de 2015, sem modificação.

	Controladora	Consolidado
	2015	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	34.729	34.729
(+) Adições	7.909	7.909
Resultado Equivalência Patrimonial	3.717	3.717
Provisão para PCLD	4.192	4.192
(-) Excluídos	(47.940)	(47.940)
Receitas Por Decisões PRJ	(36.522)	(36.522)
Baixa de provisões trabalhistas	(9.121)	(9.121)
Baixa de provisões fornecedores	(2.297)	(2.297)
Prejuízo fiscal apurado no exercício:	(5.302)	(5.302)

**28. Fornecedores e contas a pagar.**

	Controladora	Consolidado
	2015	2014
Fornecedores de materiais	1.414	-
Fornecedores de serviços	3.614	-
Contas a pagar	3.610	-
	8.638	-

**29. Lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - (LAJIDA).** A companhia ressalta que o resultado financeiro teve uma participação significativa dentro do lucro líquido final apurado, este impacto dá-se principalmente devido à provisão de juros contratuais provisionados sobre os recebíveis de contratos transferidos por decisão judicial. O LAJIDA ou EBITDA explicita bem este impacto conforme quadro a baixo:

	Controladora	Consolidado
	2015	2015
Lucro líquido do exercício:	36.154	36.154
Resultado financeiro líquido	(21.806)	(21.816)
<b>Lucro líquido antes do resultado financeiro</b>	<b>14.348</b>	<b>14.338</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.425)	(1.425)
Depreciação e amortização	4.924	4.924
<b>Lucro antes dos juros, impostos e depreciação e amortização</b>	<b>17.847</b>	<b>17.837</b>

**30. Eventos Subsequentes.** A Companhia avaliou que não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

brancha continua junto aos órgãos contratantes, como também com bancos e outras instituições financeiras objetivando sua negociação. b) Contas a receber por apropriação de resultado líquido de contratos de obras públicas ativas, que estão em execução pela companhia. Conforme mencionado em Notas Explicativas nº 8.1 e nº 18, a Companhia apropria resultados líquidos de projetos transferidos judicialmente através do 2º aditivo do plano de recuperação judicial do Grupo Delta, que determinou que toda administração e gestão dos projetos seja de responsabilidade da Companhia, mesmo estando estes ainda com a titularidade contratual das empresas do grupo Delta. **Direito a receber de Precatórios - Município de Angra dos Reis.** Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 8.2, em 31 de dezembro de 2015, estão registrados no ativo não circulante da **Allianza Infraestrutura do Brasil S.A.** direitos a receber de precatórios oriundos de serviços prestados no Município de Angra dos Reis no montante de R\$ 1.823 mil. Estes ativos foram constituídos nos termos e circunstâncias das ações judiciais, transitado e julgado com parecer favorável a Companhia, que prevê seu recebimento em até 15 anos. As bases e premissas de constituição e realização dos referidos créditos serão avaliados por ocasião do encerramento das demonstrações contábeis. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função desse assunto. **Outros assuntos. Auditoria do período anterior.** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas de forma comparativa, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 29 de maio de 2015, sem modificação.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2016  
**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RJ  
**Julian Clemente**  
Contador CRC 1 SP 197232/O-6 - S - RJ

